

Marcílio pedirá apoio político para acordo

PAULO SOTERO

Correspondente

WASHINGTON — Agastadas com as pressões dos bancos credores fora da mesa de negociações e preocupadas, ao mesmo tempo, com a demora na obtenção de um acordo da dívida, as autoridades econômicas brasileiras deverão endurecer o jogo durante os encontros semestrais do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que começam neste fim de semana, na capital norte-americana.

“É hora de se decidir se fazemos ou não fazemos o acordo”, disse uma alta fonte oficial, antecipando o tom que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, deverá dar nos encontros que manterá com os ministros das finanças dos países industrializados e com os dirigentes dos organismos financeiros internacionais em Washington. A idéia é buscar apoio político oficial para convencer os bancos a aceitar um acordo que não comprometa a execução do programa de estabilização negociado com o Fundo Monetário Internacional, já posta em dúvida por uma queda brusca da arrecadação e por novas pressões orçamentárias criadas pelo aumento do funcionalismo.

O ponto de discórdia continua a ser o mesmo do início das negociações. O governo alega que não dispõe do montante necessário para garantir os novos papéis da dívida na data da efetivação do acordo, cujos termos financeiros estão praticamente acertados. Os bancos aceitaram, em princípio, o argumento e, dois meses atrás, se dispuseram a estudar um esquema gradual de alocação das garantias. Contudo, as discussões iniciadas esta semana, em Nova York, não parecem ter produ-

zido nenhum progresso. Paralelamente, os bancos torpedearam publicamente a posição brasileira. Na quarta-feira, o diretor do Institute for International Finance, Horst Schulmann, que atua como lobista dos bancos internacionais em Washington, pôs em dúvida a boa-fé do governo afirmando que o Brasil tem reservas suficientes para bancar as garantias.

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, respondeu a Schulmann no dia seguinte, descartando a possibilidade de o governo vir a mudar sua posição. Gros disse que “seria absolutamente criminoso por parte do Brasil confundir um aumento temporário das reservas com uma mudança das condições fundamentais do País.” O presidente do BC explicou que a restrição que impede o governo de oferecer mais garantias aos bancos é de natureza fiscal. “Temos de criar um superávit fiscal para podermos honrar os nossos compromissos, seja com os aposentados, seja com os professores, seja com os credores externos.” Os esforços do governo para eliminar o déficit e recuperar a credibilidade e o crédito público, perdidos na crise da última década, foram martelados por Gros em duas palestras que ele fez em Washington desde a quinta-feira.

Por trás da discussão parece existir um novo cálculo dos bancos, segundo o qual o tempo joga a seu favor e forçará o Brasil a ceder na questão das garantias. O governo, que enfrenta crescentes problemas internos para levar adiante o programa de estabilização, parece ter decidido dobrar a aposta com os bancos credores e pedir o apoio dos países industrializados para reconhecer os esforços de ajustamento econômico que tem feito.